

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL****Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal****ATA**

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESEFA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DF/CONDEPAC, realizada em **1º de fevereiro de 2022, às 10h**, por meio da plataforma Zoom. A reunião contou com a participação de 13 conselheiros do poder público, 9 conselheiros da sociedade civil, além da Assessoria de Gabinete da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SECEC) e do apoio à Secretaria Executiva do Conselho, conforme lista de presença em anexo. A reunião foi aberta pelo Presidente, **Bartolomeu Rodrigues**, após a verificação do quórum, para tratar da definição do cronograma de apresentação das próximas relatorias; e definição dos grupos de trabalho para elaboração dos instrumentos da política de patrimônio cultural do DF. Deu seguimento à posse ao novo subsecretário da SUPAC, **Aquiles Brayner**. Deu boas-vindas e passou a palavra. **Aquiles Brayner** agradeceu o convite de participar da SUPAC e do Conselho. Informou que está na terceira semana de trabalho e tem visto a responsabilidade da SUPAC e da DIPRES, sendo que está em conversa com as equipes e pretende viabilizar contratações para agilizar as demandas, destacando a diversidade de atuações e qualificação dos servidores. Em seguida **Bartolomeu Rodrigues** estendeu a José Leme o sentimento de pesar pela perda da esposa. Após a manifestação de solidariedade, passou aos informes, destacando dois fatos quanto ao patrimônio cultural do DF. Informou que em dezembro ocorreu a transferência da carga da Fazendinha da SEDUH para a SECEC. Esclareceu que ainda não há recursos e que estão aguardando para abrir licitação para o restauro desse conjunto arquitetônico tão importante para a história do DF. Informou que houve o lançamento do edital de reforma do Teatro Nacional e que o recurso está assegurado pelo próprio GDF, que disponibilizou 55 milhões. Esclareceu que o projeto básico está com valores atualizados, por isso o valor é diferente dos 33 milhões previstos anteriormente para o Fundo de Direitos Difusos – FDD, que tinha sido baseado no projeto de 2014. Falou ainda sobre uma solenidade que houve na Igrejinha, onde recebeu reclamações para que o painel do Galeno seja retirado, mas que a demanda ainda não chegou oficialmente à SECEC. **José Leme** disse que, em relação ao Teatro Nacional, está sentindo falta de mais informações e publicidade. Informou que foi criado um grupo de amigos do Teatro e que somente soube agora que o recurso é unicamente do GDF. Sugeriu fazer um canteiro de obras mais aberto, considerando que esse modelo tem feito sucesso no mundo inteiro. Quanto à Igrejinha, lembrou que as pessoas têm uma licença poética para interpretar uma restauração, como se não houvesse uma ciência por detrás, pois não há respeito ao patrimônio cultural tombado quando a técnica não é considerada. Quando esse painel foi feito na década de 80, houve um estudo para saber se havia resquício da pintura original do artista Volpi, mas só sobraram vestígios. Na época optou-se por fazer um novo painel, pois havia um movimento não ordenado de decorar a Igreja. A seu ver, o painel é de altíssima qualidade. Lembrou que houve um abaixo-assinado contra o painel e em contrapartida houve um abaixo-assinado para mantê-lo. Destacou a importância do artista Galeno para a cidade, apontando que sempre haverá opiniões contrárias a respeito de sua, por não ser tradicional. Recomendou que, caso o painel seja retirado, vá para algum espaço museal. **Bartolomeu Rodrigues** agradeceu os esclarecimentos sobre a Igrejinha. Quanto ao Teatro discordou sobre a falta de informação, pois está disponível nos sites e na imprensa. Ressaltou que essa é uma pauta prioritária para o governador e que herdaram um processo sem condições de dar andamento, sendo que foram necessárias três equipes para levantar o processo e reconstituir o projeto. Na linha do tempo, em 2014, no esteio das obras da Copa do mundo, gastaram-se 3 milhões nesse projeto básico e nada mais foi feito. No governo de 2015, os movimentos para a Lei Rouanet também não renderam frutos. Nesta gestão, enxergou-se a possibilidade de utilizar o FDD. Afirmou que o Teatro tornou-se o assunto central em comparação com qualquer ação positiva nos equipamentos culturais. **José Leme** informou que participou do começo do projeto, tendo sido a escolha feita da melhor maneira possível. **Bartolomeu Rodrigues** confirmou que a empresa é qualificada, e que os problemas aconteceram no curso do projeto. **Leticia Vianna** comentou sobre a Igrejinha, como representante da sociedade civil e moradora da Unidade de Vizinhança. Disse que é preciso prestar atenção a esse conflito dramático pois houve uma evasão de fiéis, sendo que uma das questões mais importantes é considerar que alguns

ressentem-se de imagens e elementos mais tradicionais. Ressaltou a necessidade de se pensar no lugar também enquanto patrimônio imaterial, incluindo o largo da igreja, para a interlocução dessas funções, e considerando a possibilidade do registro de lugar, repensar nos usos, nos moradores de rua, implementar um programa de educação patrimonial. Afirmou ter esperança de que no grupo de trabalho poderá desenvolver essa proposta, como um legado da gestão atual do CONDEPAC. Informou, ainda, que foi contratada pela Unesco para fazer pesquisa de antropologia social para o Museu Nacional do RJ e que, no circuito “viagens pelo Brasil”, Brasília vai ter um espaço próprio. **José Carlos Coutinho** deu o testemunho sobre a boa comunicação da SECEC em relação às ações no Teatro Nacional. Quanto à Igreja, dados os antecedentes, lembrou que não se fala da porta do Athos Bulcão e que a Igreja é uma capela, um oratório, feita a pedido da D. Sara, não pretende-se ser um templo completo. Informou a questão pode ser sanado com painéis móveis, para os momentos apropriados. Ressaltou que o paisagismo foi remodelado para abrigar a quermesse e acabou sendo utilizado como pista de skate, e que sente falta da prioridade ao gramado. Continuou informando que em 2022, comemoram-se os 60 anos da UnB, grande patrimônio da cidade, que possui obras de diversos artistas. Para tanto, está sendo feito um levantamento desse acervo, ameaçado pelas águas pluviais e inúmeros problemas, sendo que a comissão de patrimônio da UnB está pensando em uma aproximação com a SECEC para discutir o tema em conjunto, lembrando que há obras de Niemeyer, Lelé e o plano diretor Lúcio Costa. Também lembrou que as primeiras experiências em pré-moldados em Brasília ocorreram na UnB e que o campus vem sendo ameaçado pela formação de invasões e cobiça imobiliária. Congratulou pela notícia sobre a Fazendinha, que é motivo de preocupação, e também pela reabertura do Cine Brasília. Outro assunto mencionado foi a criação dos lotes no eixo monumental, para o qual sugeriu a discussão da destinação dos mesmos. Destacou a importância de Athos Bulcão, que não possui um memorial na cidade, e que há um projeto magistral do Lelé para ser incluído no setor cultural da Funarte, além de que são necessários recursos para Fundação Athos Bulcão. **Bartolomeu Rodrigues** reforçou que está à disposição para colaborar com a UnB. Em seguida, **Beatriz Couto** informou que as atas das duas reuniões anteriores serão finalizadas para aprovação, futuramente. Lembrou que foi acordada no grupo de trabalho a contribuição na produção de instrumentos da política de patrimônio cultural: material, imaterial e educação patrimonial. Após consulta aos conselheiros, restou indicada a composição dos grupos: (1) Patrimônio Material – José Cavalcanti, José Leme, José Carlos Coutinho, Yara Regina, Davi, Luisa Villa-Verde, Eduardo Daher, Vera Seciliano; (2) Patrimônio Imaterial – Leticia Vianna, Claudio Pereira, Maria do Socorro Monteiro, Aquiles Brayner, Sol Montes; (3) Educação Patrimonial – Leticia Vianna, João Moro, Aquiles Brayner. **Beatriz Couto** sugeriu que se estabelecesse um cronograma de trabalho, para que o ano eleitoral não seja um empecilho. **José Leme** sugeriu que o primeiro momento seja dedicado ao funcionamento do próprio grupo, ficando os conselheiros participantes liberados de relatorias futuras. Após discussões, foi deliberado o mês de março para apresentação dos rascunhos, que devem ser finalizados para abril. **José Cavalcanti** sugeriu uma reunião entre subgrupos, para alinhar formatos e trocas de experiência. **Vera Seciliano** perguntou se os suplentes podem participar dos grupos, e recebeu resposta positiva. **José Leme** entende que a contribuição dos conselheiros seria auxiliar no desenho da política patrimonial, mas também apresentar uma agenda de trabalho. **Francisco Leitão** propôs que uma linha de unidade para os grupos seria embasar-se na Lei Orgânica da Cultura - LOC, considerando que já é uma política existente. **Bartolomeu Rodrigues** destacou a importância de ter os instrumentos federais como base, visto que norteiam a legislação do DF, e sugeriu a primeira reunião para 15/02. **José Cavalcanti** solicitou que houvesse um compilado da legislação, políticas, exemplos, referências para serem estudados até a reunião. **José Leme** se dispôs a ajudar e **Beatriz Couto** se comprometeu a disponibilizar o material até dia 04/02. **Bartolomeu Rodrigues** retomou a questão das relatorias dos processos. **Yara Regina**, relatoria do processo de reconhecimento com vícios, informou que o material já foi estudado, mas precisa ser sistematizado com legislações e bases teóricas. Sugeriu como data da relatoria o início de abril. **Francisco Leitão**, relator do processo do Setor de Chácaras da Vila Planalto, disse que conhece bem o assunto, mas não pôde sistematizar as informações ainda devido ao acúmulo de trabalho do final de ano. Informou que farão um trabalho de monitoramento da ocupação. **Maria do Socorro**, relatora do processo da Casa da D. Negrinha, informou que tem procurado diálogo com a comunidade envolvida, mas encontra resistência da própria sociedade, e que está pesquisando denúncias no Ministério Público. Afirmou que a relatoria pode ser apresentada em abril, dentro de suas possibilidades técnicas. **Bartolomeu Rodrigues** apontou que a reunião de abril poderá ser desmembrada, sugerindo, a princípio, deixar na fila todos os três processos e marcar outras reuniões para esgotar essas análises, caso seja necessário. **José Cavalcanti**

lembrou que foi discutida uma ação mais articulada do CONDEPAC com outras instituições e que para isso é importante ter acesso ao grupo que está tocando o decreto de manutenção do patrimônio público. Lembrou que muitos prédios tombados são públicos. **Bartolomeu Rodrigues**, em relação ao Ginásio Claudio Coutinho, informou que o relatório de José Leme foi enviado à Defensoria Pública, junto com o parecer da DIPRES. **Claudio Pereira** registrou a nota do centenário de nascimento de Asta Rose, em 20/04, sugerindo fazer uma moção ao governo, quanto à preservação da memória da artista. Informou sobre a destinação do acervo de livros para a Biblioteca Nacional de Brasília – BNB, com cerca de mil livros que estão na UnB. **Bartolomeu Rodrigues** sugeriu que esse assunto seja provocado na CLDF, que pode prestar homenagens e organizar uma sessão solene, lembrando que há muitas pessoas a serem lembradas na cidade. Quanto ao acervo de livros, irá conversar com a diretora da BNB. Convocou para a reunião ordinária do dia 05/04, 10h, lembrando que em 15/02, ocorrerá a reunião dos grupos de trabalho, com previsão de apresentação ao conselho no início de março. Encerrou a reunião às 12h05.

Presentes:

Bartolomeu Rodrigues da Silva - SECEC, Presidente
Aquiles Brayner - SUPAC/SECEC, Titular
Erica Lewis – SUEC/SECEC, Titular
Tiago Rodrigo Gonçalves - SUAG/SECEC, Titular
João Moro – SUFIC/SECEC, Titular
Solisângela Montes – SDDC, Titular
Daniela Zambam Rodolfo - DIPRES/SUPAC/SECEC, Titular
Fernanda Figueiredo Guimarães - SEDUH, Suplente
Francisco das Chagas Leitão - DF Legal, Titular
Luísa Helena Figueiredo Villa-Verde Carvalho - CLDF, Titular
Ana Carolina Lancellotti – CLDF, Suplente.
Eduardo Felipe Daher - TCDF, Titular
Elwys Presley dos Reis, Suplente
Maria do Socorro Carneiro Sousa Madeira, Culturas Populares, Titular.
José Claudio Souza Pereira - Arte e Cultura Inclusiva, Titular
Vera Seciliano Carvalho - Arte e Cultura Inclusiva, Suplente
José Carlos Córdova Coutinho - Especialidades, Titular
Leticia Vianna – Especialidades, Titular;
José Rodrigues Calvacanti Neto - Especialidades, Titular
José Leme Galvão Júnior - Especialidades, Titular;
Yara Regina Oliveira – Especialidades, Suplente;
David Capelo Carvalho - Especialidades, Suplente
Beatriz Coroa do Couto – (Secretária Executiva/DIPRES)
Alessandra Bittencourt - DIPRES/SUPAC/SECEC
Assessoria Gabinete/SECEC



em 09/06/2022, às 23:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA - Matr.0245129-8, Presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal**, em 15/06/2022, às 14:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **82601242** código CRC= **E257FA42**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Cultural Sul, Lote 2 - Edifício da Biblioteca Nacional - Bairro Asa Sul - CEP 70070-150 - DF